

L I S B O A   A N T E S   D E  
D .   A F O N S O   H E N R I Q U E S



## Lisboa antes de D. Afonso Henriques (\*)

Lisboa nem sempre foi a extensa e populosa cidade que hoje é. Tempos houve em que ela se reduzia a algumas choupanas dispersas no monte do Castelo de S. Jorge, pela encosta que desce até ao Tejo.

Como de quase todas as cidades antigas, também a origem de Lisboa se perde nas trevas dos séculos. Ignora-se quando foi fundada, e quem foram os seus fundadores. Dela falam os autores gregos e latinos, envolvendo-a em lendas de que os nossos escritores se aproveitaram conscienciosamente para demonstrar a ilustre origem da cidade, para provar que nos seus arredores eram os celebrados Campos Elísios, e ainda vários outros factos, a que o bom do capitão Luís Marinho de Azevedo, e outros, dedicam ingenuamente muitas páginas.

A fundação de Lisboa por Ulisses só pode ser aceite hoje por quem quiser tratar a questão poeticamente. Era cómoda a derivação de Lisboa do nome do herói grego, mas no século XVIII Samuel Brochart deduziu que a denominação «Olisipo», por que na antiguidade era designada Lisboa, é corrupção de uns termos fenícios «alis ubbo» que significam «enseada

(\*) Publicado em *Ilustração Portuguesa* n.º 740, 1.º sem., 1920 (26 de Abril) e mais resumidamente em *O Século*, de 2 de Setembro de 1900.

amena». Daí resultou atribuir-se aos mais ilustres navegadores da antiguidade, a fundação, no monte do Castelo, de uma colónia que mais tarde veio a ser a cidade de Lisboa. A extensão, profundidade e segurança do estuário, que próximo da sua foz forma o rio Tejo, poderiam explicar não só a criação do nome da povoação, mas, conjuntamente com a amenidade do clima, a disposição facilmente defensável que então apresentava o monte do Castelo, cercado de fosso marítimo por três lados, com água potável e escarpados inacessíveis, a fertilidade dos seus arredores, a abundância de caça e de pesca, poderiam justificar a escolha feita por aqueles navegadores, para a fundação de um centro comercial, e de «étape» para as suas longínquas excursões pelo Oceano Atlântico. Alguns autores são porém de opinião que na palavra «Olisipo» figura o sufixo «ípo» ou «hippo», comum a vários outros nomes de terras da península, e que significaria «fortaleza», explicação que se adaptaria admiravelmente à obra defensiva construída no alto do monte do Castelo.

Naqueles tempos entrava pelo sítio que é hoje a «baixa» da cidade, um braço do Tejo, largo e profundo, onde as águas do rio executavam os seus movimentos de fluxo e de refluxo. Inundava até certa extensão os vales da Mouraria e da Avenida da Liberdade (antigo Valverde), que o monte de Sant'Ana divide, e cuja base mergulhava nas águas do esteiro. O monte do Castelo pelo oriente, e o de S. Francisco pelo ocidente, ficavam em umas partes sobranceiros às águas da baía, e em outros sítios apresentavam as suas encostas declives extremamente ásperos.

Não se pode hoje precisar a linha que ao longe do trajecto do braço do Tejo separava a terra da região alagada, nem tão pouco até onde chegara o movimento das marés, mas a existência desse esteiro é comprovada por considerações orográficas, geológicas, por sondagens, e por várias descobertas de trabalhos feitos pelos homens, actualmente soterrados. O sucessivo aumento da população exigiu o entulhamento do esteiro

do Tejo, para o que grandemente contribuíram também os agentes naturais, já pelo desmoronamento das encostas, já pelos açoriamentos provocados pelas chuvas e pelas marés.

Povos de várias origens entraram sucessivamente na península ibérica, apoderando-se alguns da cidade, até que os romanos a conquistaram pelo ano 205 a. C. Foi Lisboa elevada à categoria de «município romano», e transformada em «Olisipo» a denominação fenícia ou primitiva da cidade. Depois de Júlio César (100 a 44 a. C.) também era oficialmente designada por «Felicitas Julia», segundo consta de várias inscrições romanas encontradas, de que a mais antiga se refere ao ano de 75 d. C., e a mais recente a meados do século III (anos 244 a 248).

Nenhum vestígio se conhece em Lisboa dos povos que dominaram anteriormente aos romanos, e destes mesmos poucas memórias se conservam, mas essas poucas são suficientes para demonstrar que os romanos exerceram larga influência na população de Lisboa, e que esta se mostrou sempre reconhecida aos benefícios e atenções que recebia do povo-rei.

Além das inscrições comemorativas em lápides de mármore, de que algumas se podem ver na parede de um prédio na Travessa do Almada, à Madalena, no Museu Etnográfico Português, e em poucos sítios mais, conserva-se a memória, pelos livros dos nossos antigos escritores, de um grandíssimo número, que existiam espalhados por vários pontos da cidade.

Essas lápides foram empregadas nas suas construções, como pedras de alvenaria, pelos sucessores dos romanos, postas a descoberto um dia, e novamente perdidas; outras, que constituíam o maior número, foram extraviadas em épocas mais recentes, e especialmente quando se tratou de reedificar a cidade com os materiais das ruínas do terramoto de 1755. Em diversos pontos de Lisboa se têm encontrado vestígios da civilização romana, tais como objectos de economia doméstica, moedas e medalhas, sepulturas, etc.; mas como documentos

da importância do município romano vamos mencionar aqui alguns dos seus edificios principais, como um anfiteatro, duas termas, e um outro cujo destino se ignora.

Ficava situado o anfiteatro romano entre as actuais Ruas de S. Mamede e da Saudade, onde hoje se vê um terreno ajardinado, com forte declive, perto da nova Ermida dos SS. Crispim e Crispiniano. Era dedicado a Nero e foi construído pelo ano 57 d. C., como se conclui da inscrição votiva que tinha. Foi posto a descoberto em 1798, e estudado por Luís António de Azevedo; depois foi de novo coberto com terra, e sepultado provavelmente para sempre.

Umhas termas, dedicadas aos «Cassios», eram no sítio onde se levanta o palácio Penafiel, actualmente do Estado, na Rua de S. Mamede. Foram construídas pelo ano 49 a. C., e reconstruídas em 336 d. C., segundo resava a respectiva inscrição. Descobriram-se em 1771 ou 72, por ocasião da construção do palácio, e ficaram depois ocultas pelo mesmo; consta que ainda resta uma cisterna no interior do edificio.

Outras termas, denominadas «dos Augustaes», ficavam situadas pelo cruzamento da actual Rua da Conceição (dos Retroseiros), com a Rua da Prata. Pela sua inscrição, que ainda existe embebida numa das paredes interiores da loja que tem os n.<sup>os</sup> 79, 81 e 83 da Rua da Conceição, se deve atribuir a construção ao tempo de Tibério (14 a 37 d. C.), e a reedificação ao de Constantino (313 a 337). Foram descobertas em 1770, depois em 1773 quando se abriu o cabouco para o colector da Rua da Prata, estudadas neste último ano, e novamente descobertas e estudadas em 1859. Entulhado o esteiro do Tejo, ficaram estas termas soterradas, e sobre elas se construíram mais tarde casas e abriram ruas de um dos bairros judeus de Lisboa, chamado «Judiaría Velha» ou «Grande». Havia vários poços que eram alimentados pelo mesmo lençol de águas, um dos quais se denominava poço de Fotéa, denominação de origem hebraica; ficava próximo da linha que se-

actual, o seu lugar era na Rua de S. Julião, a meio da distância entre a Rua da Prata e a Rua dos Fanqueiros. Nos arredores do local onde existiram as termas romanas, e alimentados pelo mesmo manancial, ainda há hoje alguns poços no interior dos prédios, e a entrada para as termas é por uns alçapões fechados com tampas de chapas de ferro, no passeio da rua, em frente da porta que tem o n.º 61 na Rua da Prata.

Quando por 1749 se abriam os caboucos para a construção do grande prédio que forma a face norte do Largo da Madalena, e esquinas para a rua do mesmo nome e para a Travessa do Almada, encontraram-se as lápides com inscrições que se conservam, embebidas na parede oriental do mesmo prédio, e além disso muitas pedras aparelhadas, pedaços de colunas, diversos vestígios, enfim de ter ali havido uma sumptuosa construção romana.

A tradição diz ter sido, pelos sítios do actual palácio Bragança, no alto da Rua Vitor Cordon (antiga Rua do Ferregial de Cima), a casa de recreio dos pretores romanos.

Para terminar mencionaremos a descoberta, feita em 1839, numa excavação da Rua do Arco do Limoeiro, de um maciço de alvenaria, que pelo material, forma de construção, e por outras circunstâncias se supôs ter sido um pedestal de estátua do tempo do domínio romano; e outra feita em 1859, na Rua da Conceição, em frente da Rua dos Sapateiros (do Arco do Bandeira), que os peritos entenderam ser o restante de uma torre ou atalaia romana, para defesa do esteiro do Tejo.

Pois todos estes vestígios de uma brilhante civilização jazem hoje soterrados, esquecidos, e mal estudados, e se não fosse a ideia daqueles que, por mera curiosidade, se lembraram de escrever resumidas notícias na ocasião em que foram postos a descoberto, era natural que hoje mesmo ignorássemos a existência do que acabamos de mencionar. Contemporânea dos monumentos citados, ou da época em que ainda se conservavam de pé ou em serviço, nem uma única citação se conhece, manuscrita ou já publicada.

Invadida a península pelos povos a que chamavam «bárbaros do norte», foi a cidade tomada e devastada por eles, até que caiu em poder das tribus muçulmanas do norte de África, pelo ano 714 d. C. Estas conservaram-na em seu poder até 1147, em que foi definitivamente conquistada pelo exército de D. Afonso Henriques aliado com tropas de origem francesa, inglesa e alemã, que numa armada se dirigiam à Palestina para conquistarem os lugares santos. A denominação «Olisipo» foi corrompida pelos muçulmanos em «Olissipona» em «Ulyssipona», e que outros escreviam «Luxbona», donde resultou que, corrompida mais tarde em «Lixboa» pela gente que acompanhava D. Afonso Henriques, e natural das margens do Douro, deu origem à forma actual «Lisboa».

Durante a posse de um dos povos bárbaros, para templo cristão, ou dos muçulmanos, para mesquita, foi construído o edifício da actual Sé, ou Basílica de Santa Maria Maior. Alguns autores atribuem porém aquela construção a D. Afonso Henriques, para servir para as cerimónias do culto cristão, no local onde tinha sido a mesquita dos mouros, cuja existência, no ano da conquista (1147), é documentada numa carta contemporânea do acontecimento.

Remontam provàvelmente à mesma época os alicerces da cadeia civil do Limoeiro, e uns canos ou estrada coberta que saíam daquele edifício, ou do que existiu primitivamente no local do mesmo. Os citados canos, de que ainda restam fragmentos, passam sob a Rua da Judiaria, à Alfama, e pelas suas consideráveis dimensões indicam, qualquer que tivesse sido o seu destino, que era importante o edifício a que davam serventia.

A época do domínio muçulmano, se não anterior, remontam os banhos chamados «alcaçarias», dos quais provém a denominação de «Alfama» para o bairro ou região em que se acham situados. Conserva-se a lembrança de outra mesquita moura, no local da igreja de Santa Cruz do Castelo, e a do palácio do alcaide mouro ou governador da cidade, no interior do



Um outro monumento resta hoje, conquanto bastante arruinado, dos povos que se apossaram da cidade depois dos romanos, e antes do princípio da monarquia. É a forte linha de muralhas e de torres que cercava e defendia a cidade. Essas muralhas constituíam o recinto militar ou «alcáçova», e a «cerca moura», que abrigava a população; são chamadas «mouras» por tradição, pois é possível que tenham sido construídas pelos visigodos, ou por outros povos.

A «Alcáçova» ou fortaleza chamada desde o século XVI «Castelo de S. Jorge», é limitada pelas muralhas que encerram a freguesia de Santa Cruz do Castelo. A um canto fica um recinto de muralhas, mais acanhado, que depois do domínio filipino chamavam «castellejo», e hoje denominam «castelo dos mouros». A uma das torres deste castelo chamavam «de Ulysses», e também «do Tombo», por ter tido nela origem o primeiro arquivo dos documentos oficiais de todo o reino; noutra foi instalado nos fins do século XVIII um observatório geodésico, origem das coordenadas da carta corográfica de Portugal; tem duas portas, uma ao norte, sobre a encosta, chamada da «Traição», e outra, ao sul, para o interior da Alcáçova.

Nas muralhas da Alcáçova também existem duas portas; uma ao norte, chamada «do Moniz», ou de «Martim Moniz», e outra ao sul, que é a entrada principal para o castelo, e se chama porta «da Alcáçova» ou «de S. Jorge». No interior do recinto há três extensas paradas, conhecidas por designações especiais; a do norte por «praça nova»; a do poente por «bateria dos morteiros»; e a do sul por «praça d'armas»; de todas elas se desfrutam vastos panoramas da cidade, segundo as direcções em que estão orientadas.

No ângulo SO das muralhas da Alcáçova inseriam-se as da «cerca moura», que desciam pela encosta do monte até ao nível do Tejo, junto do actual Arco Escuro. Neste longo de muralhas abriam-se duas portas. Uma, chamada «de Alfofa», quase à esquina das actuais Ruas do Milagre de Santo António e de S. Bartolomeu, dava comunicação para uma estrada que a meia

altura o monte do Castelo faria a sua circunvalação, terminando no largo das Portas do Sol; constituiu hoje a Costa do Castelo e a Rua do Infante D. Henrique. A outra, chamada porta «do Ferro», e também «Arco da Consolação», era no sítio do actual largo de Santo António da Sé, e estabelecia a comunicação com a parte baixa e com as hortas dos arrabaldes ocidentais.

Próximo do Arco Escuro faziam as muralhas da «cerca» um ângulo recto para nascente, e seguiam ao longo da actual Rua dos Bacalhoeiros, do Campo das Cebolas e do Cais de Santarém, até ao extremo oriental do chafariz d'el-Rei. No tempo da construção batia o mar no pé da muralha, ou pelo menos havia na sua frente uma pequena praia.

Na extensão mencionada ainda se conserva parte dos muros, que se conhecem no interior de algumas lojas, e o chamado «Arco de Jesus», que é a única porta que, no referido lanço, não oferece dúvida que remonta à construção primitiva. O chafariz d'el-Rei, abundante manancial de afamadas águas, teve origem provavelmente na época do domínio muçulmano, mas é provável que o seu local primitivo fosse no interior da «cerca», e não exteriormente a ela, como hoje está; a transferência foi talvez mandada fazer por D. Dinis, e do seu autor lhe provirá a denominação.

Junto do chafariz faziam as muralhas da «cerca» um novo ângulo recto para o norte, e trepavam pela encosta até se irem inserir novamente nas da «Alcáçova», no seu ângulo SO. Neste lanço existiram duas portas; uma, conhecida por porta «da Alfama», ou «Arco de S. Pedro», era na actual Rua de S. João da Praça, próximo do Largo de São Rafael, e dava serventia para os arrabaldes orientais; a outra, chamada «Porta do Sol», era no largo da mesma denominação, no cimo da íngreme Calçada de S. João da Praça (antiga Rua da Adiça), e, da mesma forma que a porta de Alfama, estabelecia a comunicação com

A linha defensiva constituída pelas muralhas tinha ainda várias torres destacadas das mesmas, e que a elas se uniam por lanços de muros, para dificultar a aproximação do inimigo. Uma dessas torres ficava na estrada da circunvalação ou Costa do Castelo, próximo do sítio onde naquela costa desembocam as escadinhas da Costa do Castelo; uma outra era junto à praia, no ângulo SO da cerca, e parece que era esta que mais tarde chamaram torre «da Escrevaninha»; uma terceira ainda se conserva no Largo de S. Rafael e chamavam-lhe torre «da Alfama» e também «de S. Pedro» por estar próxima da igreja desta invocação; era destinada à defesa da porta da «cerca», que tinha aquelas mesmas denominações. Além destas, é natural que outras torres existissem para complemento da bem estudada e bem construída linha defensiva, cuja resistência obrigou as tropas de D. Afonso Henriques, aliadas com os cruzados, a um cerco de 4 meses e meio, apròximadamente, antes que a cidade capitulasse.

Quando a cidade foi conquistada aos mouros, em 1147, já aquela linha era insuficiente para encerrar todos os moradores, e os arrabaldes já estavam coalhados de habitações pertencentes a cristãos, a judeus e naturalmente também aos muçulmanos. Para benefício e interesse recíproco viviam os cristãos e judeus junto das muralhas da cidade dos muçulmanos.

Vê-se pois quão acanhada era a área que podemos delimitar para a nossa cidade antes da monarquia, que mede 15,60 hectares, área que muitas das nossas actuais vilas desdenhariam e quão longe dos 8.245 hectares que hoje abrange o município de Lisboa.



UM TUBO DE DRENAGEM  
ROMANO ENCONTRADO NUMA  
ESCAVAÇÃO EM LISBOA



## Um tubo de drenagem romano encontrado numa escavação em Lisboa (\*)

Para a construção do edificio destinado à sede da Companhia Geral de Crédito Predial, em Lisboa, no local compreendido entre a Rua Augusta e a Rua do Arco do Bandeira (dos Sapateiros), e marcado pela letra A na fig. 1 dos desenhos que junto a este artigo, e que representa uma parte da planta da Lisboa actual, desenhada a traço cheio, sobreposta à planta de Lisboa anterior ao terramoto de 1755, desenhada a traço pontuado, foi necessário demolir há pouco o prédio de construção pombalina que no local existia, e proceder a uma escavação bastante funda, para a construção de casas fortes, em dois andares inferiormente ao nível do pavimento da rua.

Nesta escavação encontraram-se entulhos recentes até cerca de 4 metros de profundidade; a essa fundura descobriram-se as bases dos alicerces dos prédios laterais e do demolido, os quais assentavam em grades formadas por quatro troncos de pinheiros dispostos longitudinalmente, e por pedaços de troncos mais delgados, dispostos transversalmente sobre os primeiros.

(\*) Publicado em *O Archeologo Português*, 1922, vol. XXV, pág. 180.





Estas grades firmavam-se em quatro filas longitudinais de estacas de pinheiro com 1<sup>m</sup>,40 de comprimento apròximadamente, e distanciadas cerca de 0<sup>m</sup>,30 de eixo a eixo, e que, estando completamente enterradas em argila, se achavam tão bem conservadas, como se tivessem sido acabadas de enterrar; pelo contrário, os troncos das grades, que não estavam protegidas pelo lôdo, achavam-se mais ou menos avariadas.

À mesma profundidade encontraram-se paredes ou alicerces de casas que deviam ter pertencido, como se observa na planta, a prédios compreendidos entre a Rua dos Escudeiros e a dos Oleiros, na Lisboa anterior ao terremoto.

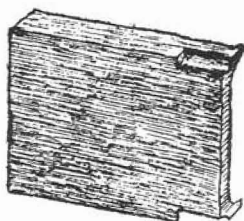


FIG. 2

Vista perspectiva  
de uma tijoleira

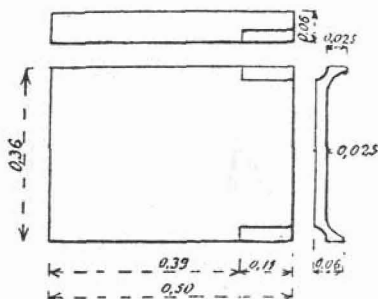


FIG. 3

Vistas de uma tijoleira em planta  
e pelos topos

À profundidade de 4 metros relativamente ao nível da Rua Augusta começava uma camada de argila compacta, que se prolongava até 8 metros de profundidade. A esta fundura existia areia, que era porventura da praia do esteiro do Tejo que entrava pelo vale da Baixa.

No sítio indicado pela letra A, mas a 7<sup>m</sup>,5 de profundidade, descobriu-se um cano de tijoleiras de barro com 50 × 36 cm. e 2,5 cm. de espessura média, como se vê nas figs. 2 e 3. 101

Essas tijoleiras tinham duas abas com 6 cm. de largura, ao longo dos lados maiores, e voltadas para o mesmo lado; e em sítios correspondentes nas duas abas havia uns rebaixos para imbricação com 2,5 cm. de profundidade, e na extensão de 11 cm. As tijoleiras estavam dispostas em duas filas, unindo-se pelos bordos das abas superiores, e divergindo para baixo, como se vê na fig. 4, formando um cano com secção triangular

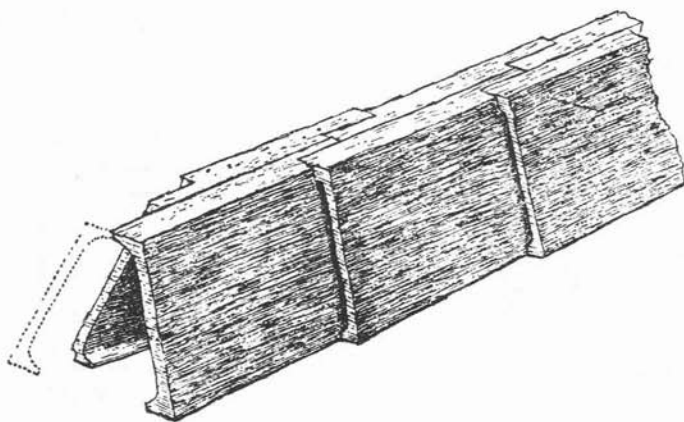


FIG. 4

Vista perspectiva do tubo de drenagem

isósceles. Os bordos das abas entravam nas reintrâncias das abas das tijoleiras seguintes, mas ficando uns intervalos com 1,5 cm. de largura entre as tijoleiras sucessivas, em toda a altura das faces das mesmas. Esse intervalo denuncia a aplicação daquelas tijoleiras para a drenagem do terreno. O cano não tinha soleira, nem qualquer estrutura de alvenaria que impedisse que a aba inferior das tijoleiras se enterrasse na argila; apenas as duas abas superiores apresentavam vestígio dum cordão de argamassa, vedando a junta e estabelecendo a

102 ligação entre as tijoleiras. Na ocasião em que foi posto

a descoberto, e certamente desde muito tempo, o espaço entre as tijoleiras estava completamente preenchido com argila, que em coisa alguma se distinguia da que as envolvia pela banda de fora.

Foram estes os objectos mais interessantes que encontraram, mostras duma civilização adiantada, bem que muito remota; além das tijoleiras e dos alicerces mencionados, também se descobriram na escavação estes, de época mais moderna:

- a)* Restos de cadinhos de fundição de bronze;
- b)* Um Santo António de barro, com 12 cm. de altura;
- c)* Um pião (brinquedo);
- d)* Uma panela de barro com duas asas, com 18 cm. de altura, 22 cm. de diâmetro no bojo, e 12 cm. de diâmetro na boca.

Lisboa, 17 de Dezembro de 1920.



O CASTELO DE S. JORGE

I



## O Castelo de S. Jorge (\*)

### I

Volta, mais uma vez, à tela da discussão, na imprensa, a questão de ser utilizado o local do Castelo de S. Jorge, em Lisboa, para a construção de um hotel de primeira classe, com as dependências e acessórios que se usam em estabelecimentos desta natureza, e que a situação do local permite valorizar.

Já há anos foi solicitada uma concessão análoga pelo Conde de Castelo de Paiva, associado com o falecido architecto Rosendo Carvalheira, e então, como hoje, as opiniões dividiram-se, conforme a maneira de ver especial de cada um dos críticos.

Eu era então, e sou ainda hoje, descrente, como o meu amigo e ilustre consócio da Associação dos Archeólogos Portugueses, Afonso de Dornelas, de que a concessão se faça — tão lata é a empresa — ou, se vier a fazer-se, de que se levem à execução os trabalhos previstos nas cláusulas da concessão; mas, com respeito à utilidade da transformação racional do recinto do Castelo de S. Jorge, não tenho a menor hesitação, desde que sejam acauteladas e rigorosamente cumpridas certas condições a impor, com o fim de ser reparada e conservada

(\*) Publicado em *O Século*, de 8 de Agosto de 1922.

a parte histórica e interessante das ruínas. Condições desta natureza, estavam previstas no pedido de concessão Castelo de Paiva-Rosendo Carvalheira, e é meu parecer que, inserindo-as nas cláusulas de concessão e submetendo a sua fiscalização ao Conselho de Arte e Arqueologia, ou a outra entidade ou pessoa competente, a cidade só teria a lucrar com a substituição dos aquartelamentos do Castelo por um hotel, satisfazendo as condições de estética determinadas e harmónicas com as ruínas, suas vizinhas, que se deveriam conservar.

Pode considerar-se que dentro do recinto pertencente ao Estado, na freguesia de Santa Cruz do Castelo, há quatro locais a considerar. O ocupado pelas ruínas do Castelo dos Mouros também chamado castelejo no século XVII, único que tem verdadeiramente valor arqueológico; o quartel onde se acha actualmente instalado um batalhão de infantaria 16; a Praça de Armas, voltada ao sul, da qual se desfruta o mais lindo de todos os lindos panoramas da cidade; e, finalmente, a Praça Nova, da qual se espraia a vista sobre os montes ao norte da antiga cidade, e onde existe a histórica porta de Martim Moniz.

No meu entender, a concessão a fazer-se para a nova edificação deveria ser apenas da parte ocupada pelo quartel, demolindo-se aqueles inestéticos casarões, para dar lugar ao hotel, cujas proporções deveriam ser estudadas, para não otuscarem nem amesquinharem as ruínas do Castelo dos Mouros, que do hotel ficaria vizinho muito chegado.

O Castelo dos Mouros, situado na parte mais alta do monte, se não tem hoje importância alguma como obra militar, tem, realmente, um valor arqueológico e histórico indiscutível, e muito desejaría que ele fosse melhor estimado do que actualmente está; entendia que as suas ruínas deveriam ser reparadas impondo-se ao concessionário não só a sua reconstrução segundo planos estudados por pessoas competentes, para se reconstituir, tanto quanto possível, conforme fora na idade média, mas também a sua conservação, sob a fiscalização de uma



entidade conveniente, e cercando-se com uma rua de cintura, ou de protecção, que deveria conservar-se permanente e completamente desimpedida.

No interior do recinto do Castelo dos Mouros poderia instalar-se o Museu da Cidade de Lisboa, com a sua biblioteca, sob o patronato da Câmara Municipal, e no qual se arrumariam e catalogariam as preciosidades arqueológicas e architectónicas que se fossem encontrando e arrancando do subsolo e de edifícios citadinos demolidos, museu que já foi iniciado este ano, com sede provisória no edificio histórico do Carmo.

Quanto às duas paradas, do norte e do sul, reserva-las-ia para logradouro público, entregando-as, nas cláusulas da concessão, à entidade concessionária, unicamente para a sua conservação e limpeza, sem permissão de se fazerem nelas construções ou quaisquer trabalhos que destruam o aspecto magestoso que elas apresentam, ou que prejudiquem os panoramas que delas se desfrutam.

É claro que da Praça Nova teriam de ser removidas as construções da estação telegráfica militar, que lá existem, e que, desaparecido o quartel, deixariam de ter razão de existir.

São estas as considerações que, com carácter meramente pessoal, me sugere a concessão que constitui o objecto da proposta apresentada ao Parlamento pelo Ministro do Comércio, e que desenvolverei noutro artigo, para justificar as razões da minha maneira de ver o assunto.



O CASTELO DE S. JORGE

II



## O Castelo de S. Jorge (\*)

### II

Dos quatro locais que, como dissemos no nosso artigo anterior, pode considerar-se dividido o recinto militar do Castelo de S. Jorge, o Castelo dos Mouros ou Alcáçova moirisca é o que possui maior valor arqueológico. As suas muralhas e torres são com a maior verosimilhança as construídas pelos mouros, ou porventura godos, fundadores da fortaleza. Há elementos para reconstituir as guaritas ou casas que encimavam algumas das torres, as escadas de acesso aos adarves, etc.

Dentro deste recinto foram naturalmente os paços do alcaide governador de Lisboa durante o domínio muçulmano, e talvez os paços reais até ao reinado de D. Dinis; numa das suas torres teve origem o arquivo que hoje se chama Torre do Tombo. No seu interior foram os quartéis das tropas castelhanas durante o domínio filipino, e nos fins do século XVIII aí teve origem a benemérita instituição da Casa Pia. Numa das torres ainda existe o observatório geodésico construído nos últimos anos do século XVIII. Seria conveniente a sua conservação, não só como origem das nossas coordenadas geodésicas, mas para estudos e trabalhos de verificação dos mesmos serviços.

(\*) Este artigo, em continuação do anterior, destinava-se também ao jornal *O Século* mas não chegou a ser publicado.

Vê-se pois que umas ruínas a que estão ligadas tradições e factos interessantes da nossa história, bem merecem o respeito e todo o desvelo na sua conservação, e todas as diligências que se empenhem em reconstituir a fortificação com os elementos de estudo que ainda existem, e com os que se possam descobrir durante os trabalhos. A reconstrução dos edificios interiores do Castelo dos Mouros, com architectura e materiais apropriados, poderia fornecer umas esplêndidas salas para a instalação do museu da cidade, conforme expusemos no nosso anterior artigo.

O edificio do quartel não tem tradições. No local onde foi construído posteriormente ao terremoto, havia anteriormente, cremos nós, o corpo principal dos paços do Castelo, antes da edificação dos Paços da Ribeira por D. Manuel, e mais uma série de ruas e de edificios, que ficaram confundidos ou desmoronados pelo terramoto de 1755.

Os enormes casarões do quartel, sem estética, têm abrigado diferentes tropas, especialmente o batalhão, depois regimento, de Caçadores 5, e não nos confrange nada ver desaparecer dali o quartel e mais edificios militares anexos, substituído por um hotel que, subordinado a condições convenientes, e no seu próprio interesse, dá melhor garantia de boa conservação do histórico Castelo dos Mouros. Uma porta há que conservar neste recinto, que é o chamado portão do norte, o qual mostra ainda, embebido na muralha, as armas do reino, do tempo de D. Afonso III, e no fecho do arco ogival, a esfera armilar de D. Manuel.

Quanto à parada, do sul, ou Praça de Armas, não é provávelmente da época da construção primitiva da fortificação, mas já assim existe há alguns séculos. Deverá, portanto, ser conservada sem alteração, para se não perder o melhor mirante da cidade.

A Praça Nova, ao norte do Castelo, conserva ainda uma grande parte das muralhas primitivas; deverá ser reparada,

Moniz com o busto do Guerreiro, deverá ser objecto de cuidadosa atenção nas cláusulas da concessão, sendo conveniente tornar-se facilmente acessível e visitável esta relíquia histórica.

Como tive ocasião de estudar o Castelo de S. Jorge como engenheiro, como militar e como arqueólogo, as deduções do meu estudo levam-me a firmar opinião sobre o que deveria e conviria fazer-se para a conservação do que tem valor arqueológico e digno de interesse. Sendo conservador por índole, tanto quanto me é possível, admito sem repugnância nem conflagramento a transformação do Castelo, nos termos que deixo exposto, exactamente, para o efeito de, caso venha a fazer-se a concessão, do que descreio, conservar o que do Castelo merece conservação.





AS MAIS ANTIGAS VISTAS  
PANORÂMICAS DE LISBOA



## As mais antigas vistas panorâmicas de Lisboa (\*)

Antes do terremoto de 1755 tinha a cidade de Lisboa um aspecto mui diferente daquele que hoje estamos habituados a ver. Sobretudo a parte da cidade compreendida entre o monte do Castelo de S. Jorge pelo nascente, o monte de S. Francisco, onde estão a Biblioteca Nacional e as ruínas da igreja do Carmo, pelo poente, o monte de Sant'Ana, ao norte, e o Tejo ao sul, isto é, o que habitualmente chamamos a Baixa, era então um intrincado de ruas, travessas e becos, inacessíveis, pela maior parte, mesmo a coches, com uma confusão e desordem idênticas às que se podem ainda observar no bairro de Alfama, que quase integralmente resistiu àquele terremoto.

Não tinha então Lisboa nem palácios sumptuosos, como os que possuíam outras capitais estrangeiras, nem largos e praças desafogadas, cuja conveniência e necessidade eram ainda desconhecidas. Os próprios palácios reais eram habitações relativamente modestas, que se envergonhariam ao pé de muitas das actuais construções burguesas; e para recreio e desafogo da população citadina não havia, dentro do recinto da cidade, senão o Rossio e o Terreiro do Paço.

(\*) Publicado em: «Arqueologia e História», vol. V, 1926, e mais resumidamente em *Diário de Notícias*, de 7 de Julho de 1925.

Enobrecido o nome de Portugal pelos feitos dos seus filhos nos séculos xv e xvi, e tendo-se dado o grande acontecimento da descoberta da imprensa e da gravura no século xv, começaram nos outros países a interessar-se pelas coisas portuguesas, e a empenhar-se em conhecer os aspectos da capital dum reino que estava assombrando o mundo. Os artistas estrangeiros, mais diligentes do que nós sob esse ponto de vista, encarregaram-se de vulgarizar em publicações e em estampas soltas, o panorama de Lisboa, com o que nela encontravam mais interessante e mais pitoresco, e mais digno de atenção. Notar-se-á, porém, que a única vista panorâmica de Lisboa que foi reproduzida e publicada até aos fins do século xviii, é a que se disfruta de Almada, ou antes, de um ponto de vista figurado acima do rio Tejo, entre Lisboa e a Outra Banda. Nem os lindos aspectos da antiga cidade que se gozavam do Castelo de S. Jorge, da Graça, da Penha de França, ou do convento do Carmo, chamaram a atenção ou encaminharam o lápis dos artistas para gravarem ou perpetuarem em documento gráfico o aspecto que desses pontos elevados, verdadeiros mirantes, ela apresentava.

O ponto de vista figurado no Tejo, ou acima da superfície do rio, era dos mais ingratos e incómodos para se fazer uma representação da cidade, mas apresentava o grande interesse de se poder abranger no seu conjunto, bem que um tanto ou quanto deformada, e de permitir representarem-se os edifícios que mais chamavam a atenção, isto é, o Palácio Real da Ribeira, o Paço da Alcáçova no Castelo de S. Jorge, a Igreja e Convento do Carmo, o Hospital de Todos-os-Santos no Rossio, a Igreja da Sé, e mais alguns outros desenhados um tanto esquemáticamente, mas cuja situação e a indicação das legendas permitem identificar.

A primeira vista panorâmica de Lisboa que foi publicada encontra-se no 2.º volume da obra «Cosmographie oder Beschreibung aller Länder, Herrschaften, fürnemten, Stetten, Geschichten, Gebreuchen, Hantierungen, etc.», por Seb. Munster.

Desta obra fizeram-se várias edições nas línguas alemã, latina, francesa e italiana (1541, 1550, 1552, 1554, 1558, 1568, 1574, 1578, 1592, 1598 e 1614), e a vista ocupa duas páginas com numerações diferentes, conforme as edições. É uma gravura em madeira, com as dimensões 35,5 x 22,3 cm., que tem por título: Lisboa, ao centro da gravura, e na margem superior: *Olisiponis oder Liszbone der fürnehmen/und wegen des gewaltigen Kauffmans Gewerb so all da getrieben/weibekandten Statt in Spanien wahre abcontrafactur*. Não conseguimos saber em qual das edições é que tal estampa primeiro figurou, por não existir esta obra nas bibliotecas públicas de Lisboa; mas consta que esta gravura em madeira precedeu todas as representações da cidade gravadas em cobre. O ponto de vista de onde se supõe tirado este panorama é no Tejo, pouco acima da superfície das águas.

Em seguida a esta foram publicadas duas vistas panorâmicas de Lisboa na obra cujo primeiro volume tem por título *CIVITATES ORBIS TERRARUM in æs incisæ et excusæ, et descriptione topographica, morali et politica illustratæ*, por Jorge Bravnio, cujos volumes se imprimiram de 1572 a 1618, com variantes de título, e com o texto em latim, em francês, e em alemão, e de que se fizeram reimpressões em 1612. O 1.º volume contém a vista geral de Lisboa, evidentemente cópia da vista anterior, da obra de Munster, e o 5.º volume apresenta a vista de Lisboa, semi-panorâmica, semi-topográfica, representada pela primeira vez de um ponto de vista bastante elevado acima do nível do Tejo.

Estas duas vistas são gravuras em cobre, in-fol., ocupando duas páginas do livro. A primeira com as dimensões 48,5 x 20,5 cm., tem por título *LISBONA-OLISIPO, SIVE VT PERVE/TUSTAE LAPIDUM INSCRIP/TIONES HABENT, ULYSIPPO,/VULGO LISBONA FLORENTIS/SIMUM PORTUGALLAE EMPORIUÛ*, e por baixo da mesma, ocupando o resto da folha, fica uma vista da costa de Portugal e margem

norte do rio Tejo, desde Cascais até Alcântara (?). A 2.<sup>a</sup> tem por dimensões 46,8 x 32,4 cm., e o título OLISSIPO *quæ nunc Lisboa, ciuitas amplissima Lusitaniæ, ad Tagum, totis Orientis, et multarum insularum Aphricæque et Americæ emporium nobilissimum*; e por baixo da mesma fica uma legenda referente a 120 números de estampa.

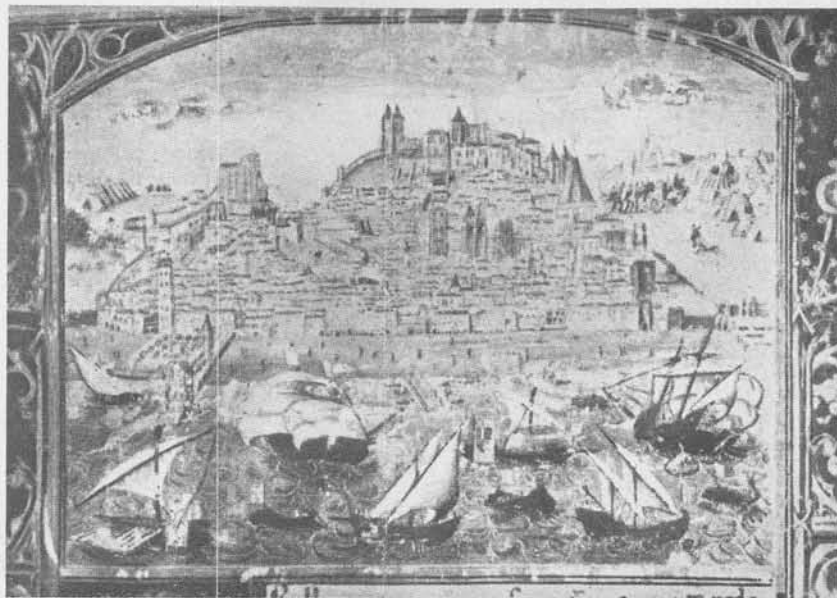
Foram principalmente estas duas gravuras os originaes de que se utilizaram todos os outros artistas que até aos fins do século XVIII publicaram vistas panorâmicas da nossa capital; nenhum, com a máxima probabilidade, se deu ao trabalho de desenhar de visu, o aspecto panorâmico de Lisboa, achando elles mais simples, sobretudo mais cómodo, copiar o que encontravam já feito, introduzindo-lhes as alterações que a sua fantasia lhes suggeria, a fim de darem aos desenhos um falso cunho de originalidade!

Tem corrido, geralmente, serem as duas vistas que se encontram na obra de Jorge Braunio, as mais antigas conhecidas de Lisboa e isso tem sido aceite por vários autores, e pelo signatário deste artigo nos seus trabalhos anteriores, na persuasão sincera de que não havia qualquer estampa, desenho, ou gravura feita anteriormente.

Não acontece, porém, assim. Existem, de facto, dois desenhos em pergaminho, iluminados, representando a vista panorâmica de Lisboa, tomada do mesmo ponto de vista acima do Tejo, o que lhes dá caracteres de afinidade que levam a supor que uma serviu de original à outra, ou que ambas foram copiadas de uma terceira vista, hoje desconhecida.

Uma dessas vistas existe no manuscrito: *Crónica delrey Dom Affonso Henriques, primeiro rey destes regnos de Portugall*, por Duarte Galluam, códice em pergaminho, esrito no ano de 1505, e publicado modernamente, em 1917, pelo senhor conde de Castro Guimarães, seu actual possuidor, numa edição luxuosa de 200 exemplares apenas.

Não é evidente, todavia, que a vista tenha sido desenhada em 1505, data que Duarte Galvão lançou numa passagem da



Panorama geral de Lisboa, durante o cerco de Afonso Henriques, na iluminura da *Crónica* de Duarte Galvão, pintada por António de Holanda

(Museu do Conde de Castro Guimarães).



O ataque a Lisboa por Afonso Henriques, na iluminura que António de Holanda fez para a *Genealogia dos Reis de Portugal*

(British Museum).

*Crónica* como sendo aquela em que a estava escrevendo, porque se o livro em que se acha a estampa é uma cópia mandada fazer por D. Manuel I para o seu guarda-roupa ou biblioteca particular, como é o aspecto do exemplar a que nos referimos, a data dessa cópia e da feitura da estampa terão de colocar-se num ano indeterminado do primeiro quartel do século XVI.

Na edição do Conde de Castro Guimarães está reproduzida fotograficamente a vista de Lisboa do códice referido, mas com pouca nitidez por causa da deterioração da pintura; e por especial deferência do seu amável possuidor, que muito lhe agradecemos, vai aqui novamente reproduzida para ilustração deste artigo, mas retocada.

A outra vista foi desenhada por Simon Beninc ou Bening, desenhista e iluminador flamengo, para o seu trabalho sobre a *Árvore Genealógica da Casa Real de Portugal*; tábuas VIII do manuscrito n.º 12.531 da Secção dos *Portuguese Drawings* do British Museum. Esta iluminura foi feita entre os anos de 1530 e 1534, e modernamente tem sido reproduzida nas seguintes obras:

«Rainhas de Portugal», por Francisco da Fonseca Benedites, 1878; está em lâmina separada em frente da pág. 345 do tomo I;

«Ahnemreihen aus dem Stammbaum des Portugiesischen Königshauses», pelos professores H. C. Ströhl e Dr. L. Kaemmerer (Stuttgart); é a fototipia que constitui a fl. 8 do álbum;

«História da Colonização Portuguesa no Brasil», sob a direcção de Malheiro Dias, Ernesto de Vasconcelos e Roque Gamaireiro. Está em fotografia colada na pág. 6 do volume 2.º.

Confrontando as duas vistas anexas a este artigo, nota-se a sua quase identidade no aglomerado de habitações da cidade, mais pormenorizado na vista da *Crónica*, e mais homogéneo na *Árvore*; por outro lado, para o poente, a vista da *Árvore* é muito mais extensa do que a da *Crónica*, bem que com uma perspectiva extremamente deformada.



Em ambas a restrição do espaço obrigou o artista a comprimir o panorama de Lisboa, num sentido paralelo à corrente do rio Tejo, de forma que a cidade se apresenta limitada, da banda do poente ou do lado esquerdo das estampas, pela muralha da cerca que D. Fernando mandou construir em 1373-75, e da banda do nascente ou lado direito, pela muralha da cerca moura que fechava a cidade na época em que D. Afonso Henriques a conquistou aos mouros (1147).

Fora do recinto das muralhas observam-se em terra acampamentos guerreiros, e do lado direito, na vista da *Crónica*, um combate entre peões e cavaleiros, porventura alusão ou à tomada de Lisboa aos mouros em 1147, ou às escaramuças que em 1384 se travaram em volta da cidade, entre o exército do rei D. João de Castela, e as tropas do mestre de Aviz, então dentro de Lisboa sitiada.

No alto do Monte do Castelo vêm-se umas construções, que devem ser as do velho Paço Real da Alcáçova, de onde a côrte se havia transferido, poucos anos antes da feitura daqueles desenhos, para o recente Paço, na Ribeira de Lisboa, que se vê no primeiro plano da cidade; a este último Paço ficava contíguo o jardim, e próximo dele uma elevadíssima torre, com uns oito andares, porventura a torre chamada «de Maracote», ou a «das casas onde faziam as bombardas», ou a «de Diogo Vieira», pois que todas estas faziam parte, por aqueles sítios, que correspondiam ao terreno que vai desde a porta principal da actual igreja de S. Julião até à porta do Arsenal da Marinha, das muralhas do recinto fernandino de Lisboa.

Ao longo da Ribeira ou Terreiro do Paço vêm-se diferentes edificações alinhadas, umas com arcadas no pavimento térreo, e outras com galerias, também com arcarias, no último andar, disposição architectónica que parece ter sido mui apreciada nas construções mais luxuosas do século xv.

Lá se vêem o Arco dos Pregos e o do Açougue, em reintrâncias das fachadas dos prédios; as duas portas, quase unidas,

da Ribeira, demolidas em 1619, que comunicavam o Terreiro do Paço, com o Largo do Pelourinho; e um pouco mais adiante, para a direita, o edifício da Misericórdia, com grandes janelas verticais, que poucos anos antes fora construído. Em seguida a uma casa apalaçada parece entrever-se a célebre «casa dos bicos», cuja disposição característica foi simulada pelo artista dando à fachada um tom sombreado. Vê-se mais adiante uma torre da muralha com a sua porta, que é naturalmente a que perdurou até ao último quartel do século XIX no Campo das Cebolas; e em seguida, posta de parte pelo desenhador a consideração das distâncias, o chafariz d'el-Rei, e a torre a ele contígua.

Pela parte de cima destas eleva-se, de entre os telhados, uma torre de grandes dimensões, que é a torre da cerca moura chamada «de Alfama» ou «de S. Pedro», cuja parte inferior, muralha sem aberturas aparentes, ainda hoje se conserva no Largo de S. Rafael.

Ao centro do casario vê-se o Rossio, com a fachada do Hospital de Todos-os-Santos fechando-o pelo nascente, e o Paço dos Estãos, onde não havia sido ainda instalada a Inquisição, pelo norte; um pouco à direita elevam-se as torres e o telhado em agulha da Igreja do Convento de S. Domingos.

Numa eminência à esquerda do Rossio, iludindo a perspectiva verdadeira, ergue-se o magestoso templo de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, fundado cerca de um século antes por Nuno Álvares Pereira, para cumprimento dum voto conhecido, e no meio do casario, vêem-se os telhados de algumas igrejas, de entre as quais se destaca a Sé, com as duas altas torres da fachada, e a grande torre quadrada do altar-mor.

À frente das primeiras mostra a estampa da *Crónica* uma outra torre de consideráveis dimensões, também com muitos andares, a qual, pela sua situação, deve ser a torre chamada «dos Armazéns» ou «do Thesouro», mui próxima ou contígua

à antiga porta do Ferro, mais tarde Arco da Consolação, que fazia parte, com a torre, da cerca moura de Lisboa. Na estampa de Beninc, em lugar dessa torre vê-se um edifício apaçado, que corresponde à actual cadeia do Aljube.

Um pouco mais para o nascente, ou para a direita da vista, destaca-se um edifício com um telhado piramidal, de aspecto sextavado ou oitavado, tendo para o lado do rio uma galeria com arcadas; pela sua posição deve representar o paço do conde de Andeiro, ou o Limoeiro actual, e são estas as únicas vistas em que ele aparece com tal aspecto.

A parte que se acaba de descrever resumidamente é comum às duas estampas, e a vista da *Crónica* a ela se limita. Porém na iluminura de Beninc, pela margem esquerda, e com a perspectiva completamente deformada, continua a avistar-se a margem norte do Tejo na direcção da sua foz, e nela várias edificações, algumas das quais não sabemos seguramente identificar.

Vê-se primeiro à direita um agrupamento de construções, que talvez queiram representar a igreja e mosteiro de Santos (o-Velho) junto do qual havia um palácio real.

Mais adiante está o mosteiro e Igreja dos Jerónimos, com a capelinha de S. Jerónimo, e a Torre de Belém, edifícios recentemente acabados de construir, e pela primeira vez ali desenhados.

Em seguida ergue-se uma fortaleza, que talvez seja a da Cruz Quebrada, ou a Torre de S. Julião da Barra.

Junto à margem do rio desenhou Beninc parte do palácio de Sintra, e num esculpado sobranceiro ao palácio, o castelo mourisco da mesma vila.

Em ambas as vistas o Tejo aparece coalhado de embarcações, ostentando vários pendões, e com a particularidade bastante vulgar em desenhos antigos, de as velas estarem infunadas por ventos soprando em direcções opostas. Obser-

126 vando-se com atenção nota-se que os mesmos barcos, e nas

mesmas posições, bem que em sítios diferentes, estão representados nas duas estampas, o que é um dos argumentos que comprovam ter uma sido copiada da outra, ou ambas de uma terceira estampa.

Se agora passarmos a confrontar estes desenhos com a vista da obra de Munster, ou com a primeira das vistas de Lisboa de J. Braunio, não podemos deixar de reconhecer algumas analogias de disposições que nos permitem conjecturar que qualquer das vistas de que estamos tratando não foi estranha, e mesmo serviu de guia ou de inspiradora ao artista que desenhou aquelas estampas das referidas obras.

O ponto de vista de onde foram tiradas; a orientação do Paço da Ribeira relativamente à margem do rio; a do Hospital de Todos-os-Santos relativamente à direcção daquele Paço; a maneira como se descobre no Rossio a fachada do Paço dos Estáos; a situação da Igreja do Carmo e do Castelo de S. Jorge relativamente ao Rossio; são disposições apresentando uma tal ou qual analogia que, tratadas por dois desenhadores diferentes, não nos parecem ser meramente fortuitas para que, ao examinar as últimas, possamos abstrair de qualquer influência que as primeiras tivessem tido sobre ela. Porém os desenhadores das estampas de Munster e de Braunio não querendo, num documento para o público, falsear completamente a realidade, viram-se obrigados a completar e rectificar o desenho da *Crónica* nalguns pontos, com elementos que colheriam *de visu*, e especialmente a fazerem de novo toda a parte da cidade acrescentada para o nascente por D. Fernando, isto é, desde a porta de Alfama até às portas da Cruz, ao longo da Ribeira, e até ao convento da Graça, para o norte.

Terminando estas breves considerações sobre as mais antigas vistas conhecidas de Lisboa, valiosas como documento e pelo seu relativamente bom estado de conservação, apesar de sobre elas terem passado mais de quatro séculos, e interessantes

pela maneira pormenorizada como estão desenhadas e coloridas, revelando o grande talento dos artistas que as produziram, tivemos em mira proporcionar aos amadores das antiguidades da nossa capital, que felizmente vão sendo, de dia a dia, mais numerosos e mais aplicados, documentos de estudo cuja pequena divulgação, feita na limitada edição da *Crónica delrey dom Affonso Hamrriques*, e nas acanhadissimas ou pouco conhecidas (entre nós) reproduções que modernamente têm sido feitas da iluminura da *Arvore Genealógica da Casa Real de Portugal*, quase que autorizam a considerá-las inéditas.

## Torre de Belém (2)

Estreito de Belém, 1640-1642

# T O R R E   D E   B E L É M



## Torre de Belém (\*)

### Projectos de remodelação no século XVI

Decorrido cerca de um século depois da sua construção, a Torre de Belém esteve para ser vítima de um atentado de lesa-arte.

Filipe II de Castela incumbiu, em 1589, de proceder a um estudo do melhoramento das condições de defesa da barra do Tejo, o padre frei João Vicêncio Casale (1), seu architecto e engenheiro, que em Outubro de 1586 havia mandado vir de Nápoles para dirigir obras de fortificação em Portugal.

As diferentes fases desse estudo, os desenhos das obras projectadas, as plantas levantadas, e muitas circunstâncias interessantes para o conhecimento da arte de fortificação e de construção naquela época acham-se coligidas num livro ou relatório, que se conserva manuscrito, e com desenhos aguarelados, pertencente hoje ao autor desta comunicação, e cujo título é:

«Descrição do Reino do Algarve o qual compessou fazer Alex.<sup>ro</sup> massay Engen.<sup>ro</sup> nele por S. Mg.<sup>de</sup>, por mandado de Dom João de Castro, guouernador do ditto Reino pello ditto Sôr, no ano de 1617 e 18, que por emdesposição do sobredito massay e morte do ditto guuernador não ficou aperfeiçoada como aguora o está neste anno de 1621, que o sobredito apre-

(\*) Comunicação feita na Assembleia Geral da Associação dos Arqueólogos Portugueses e publicada em: «Revista de Arte e Arqueologia», vol. VI, 1927.

(1) Veja-se uma noticia sobre este architecto na obra: *L'Abecedario Pittorico*, etc. In *Napoli* — MDCCXXXIII, pág. 154.



senta ao Supremo cons.º de S. Mg.<sup>do</sup> vaj deuedido em duas partes — na pr.<sup>a</sup> se relata os frutos que nele se colhem, os numeros e nomes das armassois dos peixes q. na sua costa ha e o rendim.<sup>to</sup> delas. O que rende cada Cidade e Villa em cada hũ anno p.<sup>a</sup> a faz.<sup>da</sup> do ditto Sor — E q.<sup>to</sup> tem o Bispo do ditto Reino de Renda em cada hũ anno — It. e a infantaria de pé e de caualllo que cada hũa das dittas Cidades e Villas tem, e todo o Reino junto — E asim mesmo as torres e postos de vegias q nelle ha e o número de Bombardeiros e mais officiais, e com q. dr.<sup>o</sup> e ordem elles se pagão. — It. o nome dos alcaides, comendadores e capitães mores de cada Cidade ou Villa — It. a artelharia vtil e desnecess.<sup>ra</sup> q. no ditto Reino ha, e a q lhe falta, com a mais monição e armas, e o q se deve de nouo fortefiquar e reparar com novas fabriquas, e o q as tais farão de custo, e se dis das fortificações e obras nelle conpeçadas e q estão por se acabarem, e o q os tais farão de custo em se acabarem, com suas traças e declarações necess.<sup>ras</sup> — e no fim se trata e do modo de se fazerem nouas terras de pão p.<sup>a</sup> q o ditto Reino esteja mais prouido e abundante, e outras particularidades como lendoçe se poderá ver, etc.».

(Verso da página): Na segunda parte se descreue o Reino de Portugal e se amostra alguãs Villas e fortalezas assim em trassas como em relações e descursos emportantes e necess.<sup>ros</sup> ao Seruiço de Sua Mg.<sup>do</sup>, como lendoçe se verá, etc.» (2).

(2) Este livro com o formato de 0<sup>m</sup>,465 x 0<sup>m</sup>,305, tem 99 folhas numeradas, sendo porém repetidas as fls. n.<sup>os</sup> 51 e 75, e inumerada uma entre 76 e 77. Todas as folhas, tanto as do texto como as dos desenhos, são cercadas por 2 filetes, cuja tinta tem corroído o papel de algumas, separando a parte central, da margem. Na 1.<sup>a</sup> página, por cima do título, apresenta o escudo das armas de Portugal belamente aguarelado. Tem 39 desenhos aguarelados de plantas de cidades e vilas da costa, e de fortificações existentes, ou projectcs de modificações das mesmas. A segunda parte ou tratado, occupa-se quase exclusivamente da defesa da entrada do Tejo, com plantas da barra, dos fortes que a guarnecem, e com projectos para a construção de novos fortes ou de modificações dos existentes.

Este relatório, como se vê, foi feito em 1621 por Alexandre Massay, também engenheiro, e sobrinho do referido padre frei João Vicêncio Casale, a quem acompanhou na sua vinda para Portugal em 1586, por mandado de Filipe II de Espanha.

No 2.º *tratado* desta obra vem transcrita uma série de cartas trocadas entre o rei e o architecto Casale, em que se mostra como este se desempenhou do encargo de estudar o plano de defesa da barra do Tejo, o projecto das obras a executar, entre as quais figurava o forte de S. Lourenço da Barra, conhecido também desde o princípio do século XVIII, pelo menos, por Torre do Bugio, e o Forte de Santo António da Barra, entre S. Julião e Cascais, próximo então do Convento de Santo António no Estoril, e hoje no lugar de S. João do Estoril, obras estas que começaram a erigir-se logo no ano de 1590, e finalmente o projecto de modificações das fortificações existentes, para melhor satisfazerem às condições de defesa julgadas necessárias.

A *lembrança* ou, como diríamos hoje, o programa dos estudos a realizar, submetido por Filipe II ao architecto Casale, em 1589, foi o seguinte (fl. n.º 76).

«Primeramente la cabessa sequa q esta en frente del fuerte de san gian y pensipalm.<sup>te</sup> aquellas isletas de arena q estan abaixo della cabessa sequa más enfrente de san gian por uer si alhi se pudiesse o de piedra o de madera hazer algun cimiento y fundamento para hazer algun Baluarte o torreon para q pudiesse auer alguna cantidade de Artelheria para guardar la entrada de aquellas varras, prinsipalm.<sup>te</sup> lo q coresponde a san gian, reconosser toda aquella Barra e uer la distansia q ai dellas arenas al dicho fuerte de san gian, hazer modello de lisboa como mejor le paressiere del sítio delha, senhalando los montes, y en particular mirará por donde se á tratado de fortifiuar q es entre el caez de la madera y entre santa clara y dar a la huerta de los frailes de san vicente de fora y de alhi a la punta della muralha de la tierra q sale a las graçias y de aj a santa maria

del monte y dar desde alli al monte de santa Barbola por ensima de san lazaro y de alhi al monte de santa Anna y desde alhi a los molinos de uiento y a san Roque y desde alhi a dar ao monte de santa catelina y de alhi a la mar y desde aquellos y la mar ir por la marina adelante hasta el caëz de la madera de donde se enpresso.

Hacer modelo de casquaëz ansi del castilho como de la vilha metiendo dentro la Iglesia q se haze aóra y la casa del señor y vnos redutos q aj.

Vn dessineo della ribera de casquaëz hasta san gian con las eminensias q ai metiendo el monasterio de santo António, y se le paresiere hazer modelo lo haga.

Mirar lo de Belen y meterlo mas a la mar y separarlo della tierra y mirar a caparica.

Mirar lo del castilho de Almada y el de lisboa, traer modello o traça de palmella, mirar la entrada della Barra de setubal ansi por la entrada de la torre de Oton y unas isletas y entrada de troja ber el desinio o traça y lo mismo traer modelo dela Vilha de setubal com todos los montes y distansias delhos».

O padre Casale fez, em carta de 2 de Dezembro de 1589, os seus considerandos e propostas acerca de cada uma das alíneas das instruções ou lembrança que havia recebido de S. Mg.<sup>de</sup>, e sobre a Torre de Belém apresentou três propostas de ampliação e modificações, constantes de 3 desenhos, e de um resumido relatório, cujo teor é o seguinte (fl. 82):

«Tenho reconhecido também a Torre de Belem pello particular q V. Mg.<sup>de</sup> me manda, q foi metela ao mar e separala da terra. Ao prim.<sup>o</sup> lhe digo q ella se podera acrescentar p.<sup>a</sup> o mar até 35 passos geometricos q serão 70 passos andantes simples, no q se podera fazer praça comodiçima p.<sup>a</sup> Artelharia as quais farão m.<sup>to</sup> major ofensa.

O separala da terra se faz p.<sup>a</sup> fugir bateria e assaltos, pareçeme q não se possa apartar tanto q se escape nem a hũa ne a outra coiza, porq a praia he perto e o fundo entre a torre

e a praia he duro e fixo, e além disto fica m.<sup>tas</sup> vezes sem agoa onde o enemigo pode estar nelle com o pé emxuto, nem nelle se pode com arte fazer fundo por estar perto à ditta torre pedra viva — e por isto sou eu de parecer que V. Mg.<sup>de</sup> terá neçessidade mandar se lhe faça alguã fronte q a defenda da terra e acrescentalá tudo o q se pode no mar, o q se pode fazer com m.<sup>ta</sup> facilidade, e compassar desde loguo por estar o fundam.<sup>to</sup> feito da natureza; nem deixarei de advertir q no termo em q está oje a Artelharia no q se deue guardar o canal está em sitio cuberto, por onde e pello fumo se confundirão os Artilheiros, e pello tremor da Artelharia tirando a meude corerá ventura a abobada a qual he baxa; a fronte da p.<sup>te</sup> da terra não tem sitio onde ella possa ofender o enemigo, e a sisterna da agoa he na p.<sup>te</sup> mais comoda p.<sup>o</sup> ser batida, tem tabem a torre o seu resito m.<sup>to</sup> eminente e de ornam.<sup>to</sup> de pedra, a qual sendo batida não deixará de adsestir nenhũ a defenſsa, tem me parecido com este prepozito redozir estes emcomvenientes ha memoria de V. Mg.<sup>de</sup> por q comprindolhe q ella se possa alarguo defender a força daquele sitio possa mandar o remedio. Nosso Sor ho g.<sup>de</sup> e comserue larguam.<sup>te</sup> de Lx.<sup>a</sup>».

A estas considerações respondeu o rei em carta de 15 de Dezembro de 1589, dizendo-lhe que se apressasse a levar-lhe as *traças e relaciones* de tudo, (plantas e descrição), para sobre o assunto tomar a resolução que ao seu serviço conviesse.

Os 3 projectos elaborados, que no livro se fazem sobrepor separadamente, por meio de tiras de papel servindo de charneiras, sobre a planta da torre existente, a fim de mostrarem assim as relações entre esta e as alterações propostas, apresentam um alargamento considerável da plataforma ou *praça para artilharia*, que aproximadamente triplica o terraplano primitivo, que é o actual. Para a frente e para os lados o traçado ficava incaracterístico, revelando perfeitamente o capricho do architecto fortificador; mas para a parte posterior, ou lado da gola, com a preocupação dum assalto pela banda da terra, posta a enxuto nos baixamares, o artista desenhou uma frente

perfeita abaluartada, de consideráveis dimensões. A torre propriamente permanecia, em dois dos projectos, cercada pela imensa plataforma para a artilharia, mas pelo terceiro projecto, se fosse adoptado, ela seria totalmente arrazada.

Escusado é lembrar quanto aquella jóia de architectura, que é a Torre de Belém, teria perdido se qualquer das propostas do padre João Vicêncio Casale tivesse tido execução; felizmente o bom senso, ou a falta de dinheiro para se fazer um trabalho de tamanho vulto, ou qualquer circunstância que hoje não podemos desvendar, evitaram que tão grande crime tivesse sido cometido.

## GONZAGA PEREIRA E A SUA OBRA



### Gonzaga Pereira e a sua obra (\*)

Foi o próprio autor do manuscrito agora publicado, em quem não desconhecemos uma certa vaidade de legar o seu nome à posteridade, que nos deixou os elementos para organizar a sua biografia. Esses apontamentos constam da sua própria árvore genealógica, e de um livro manuscrito *Collecção de Memórias Relativas ós Gravadores de Cunhos e Medalhas...*, a que adiante mais demoradamente nos referiremos.

Raczynski, no seu *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, (1847), cita-o como artista gravador, então vivo.

O notável numismata Teixeira de Aragão, que teve à sua disposição os livros do Arquivo da Casa da Moeda e Valores Selados, pôde deles extrair com toda a facilidade e comodidade muitas notícias respeitantes à história da moeda metálica em Portugal e seus domínios, que deixou consignadas na sua bem conhecida obra *Descrição Geral e Histórica das Moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal* (1874); e no artigo respeitante ao nosso autor lá recolheu o que conseguiu averiguar, principalmente respigado naqueles livros.

(\*) Prefácio aos «Monumentos Sacros de Lisboa» em 1833, ms. de Luís Gonzaga Pereira ed. pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927. 139



Mais tarde Brito Aranha, que parece ter conhecido pessoalmente o autor, inseriu mais alguns dados biográficos no tomo 16.º (nono do Suplemento, 1893), do *Dicionário Bibliográfico Português*, por Inocêncio Francisco da Silva.

Também o falecido medalhista Dr. Artur Lamas, na sua monumental, bem que incompleta obra, *Medalhas Portuguesas e Estrangeiras referentes a Portugal* (1916, págs. XXIX e XXXII), ajuntou mais algumas notícias biográficas relativas aos seus trabalhos como artista.

Os autores mencionados parece terem recolhido tudo o que se possa saber acerca da vida de Gonzaga Pereira, e por isso teremos que nos socorrer aqui do que se acha publicado e já conhecido, para darmos aos leitores uma rápida notícia do autor do interessante manuscrito agora publicado.

Nasceu Luís Gonzaga Pereira em Lisboa, na Freguesia de Santo Estêvão, em 21 de Junho de 1796; era um dos trinta filhos de Joaquim Manuel Pereira, praça do regimento de Beça, onde prestou serviço até 1773, sendo nesse ano nomeado, por provisão régia, mestre da oficina de aprestes de artilharia do Arsenal Real do Exército, cargo que ocupou até 3 de Março de 1823, dia em que faleceu com 90 anos de idade, e 75 de serviço. Casou em terceiras núpcias com Maria Bárbara de Bulhões Dinis, de quem teve, entre outros filhos, Luís Gonzaga Pereira.

Este casou em 1815 com Maria Antunes, de quem teve 12 filhos.

Ainda muito novo já mostrava vocação para o desenho, como se vê pelos exemplares coligidos numa obra, a que adiante faremos referência, feitos com 13 anos de idade a bordo da nau Vasco da Gama, a qual fazia parte da esquadra do Estreito, que nos anos de 1809 e 1810 cruzava nas águas do sul de Espanha e de Portugal, e do norte de África.

No ano de 1811, contando 15 anos de idade, foi admitido como discípulo ordinário da Aula Pública de Desenho, onde teve por professores Eleutério Manuel de Barros, Joaquim

Carneiro da Silva e Faustino José Rodrigues, e de arquitectura José da Costa e Silva, Germano António Xavier de Magalhães, e Honorato José Correia de Macedo, architecto geral da Real Obra da Água Livre. Foi premiado em concurso da Régia Academia.

Em 22 de Junho de 1813 matriculou-se praticante de gravura de pedras finas da Casa da Moeda, no curso ou aula regida pelo hábil gravador Simão Francisco dos Santos, recebendo desde logo 120 réis por dia. Este salário foi elevado a 200 réis, por determinação do Provedor da Casa da Moeda, de 2 de Dezembro de 1813; mais tarde, por despacho de 31 de Outubro de 1815, foi elevado a 300 réis, e dois anos depois, em 22 de Outubro de 1817, foi melhorado para 400 réis.

Em 1822 foi nomeado ajudante de José António do Vale, gravador de pedras finas, para fazer os cunhos que lhe competissem por distribuição, na forma da lei.

Nesse ano pediu Gonzaga Pereira aumento do jornal para 600 réis, o que foi bem informado pelo Provedor, dizendo este que *tendo-se* (o requerente) *aplicado à abrição de cunhos por nove anos, com bastante aproveitamento, se achava official hábil na mesma arte*. Parece todavia não ter alcançado despacho favorável da sua pretensão, porque em 1823, tendo ele (e outros abridores) apresentado modelos de cunhos para a nova *moeda constitucional*, em concurso que terminara em 8 de Agosto de 1822, serviu-lhe isso de pretexto para requerer o pretendido aumento de ordenado, o que foi novamente bem informado pelo Provedor. Ignoramos se então o conseguiu.

Tendo ocorrido em 1826 uma vaga de abridor de cunhos, pelo falecimento do gravador Cipriano da Silva Moreira, Gonzaga Pereira concorreu, com mais outros dois praticantes da Arte de Abridores de Cunhos, Armas e Medalhas da Real Casa da Moeda, ao concurso para aquela vaga.

A prova a apresentar seria uma medalha com o busto de Minerva; o punção ou cunho gravado por Gonzaga não obteve

a primeira classificação, mas o concurso foi mandado ficar sem efeito, por nenhum dos concorrentes *haver chegado à perfeição com que devem ser desempenhados semelhantes trabalhos.*

Aberto novo concurso, cuja prova devia ser a cópia de uma medalha com o busto de Camões gravada por Caqué, dele desistiu Gonzaga Pereira, por motivo de intrigas de um seu condiscípulo e colega Caetano Alberto; mas tendo resolvido gravar em 1833, fora do concurso, uma medalha-prova igual à dos outros concorrentes, conseguiu ser nomeado terceiro abridor de Cunhos, Armas e Medalhas, por decreto de 21 de Agosto do dito ano.

Além desta medalha, ainda se conhece uma outra de autoria de Gonzaga Pereira, comemorativa da Restauração de 1833, e dedicada a D. Pedro IV. Na opinião do saudoso Dr. Artur Lamas, esta medalha foi gravada provávelmente para especulação mercantil, e revela, como a primeira, manifesta falta de aptidão do seu autor para esta especialidade de gravura.

Enquanto o seu colega Francisco de Borja Freire esteve em Londres, em missão oficial, nos anos de 1836 e 37, foi Gonzaga Pereira, que o substituiu, encarregado do lavor dos cunhos das quatro espécies de moeda decimal, para o que declarou por escrito achar-se habilitado.

Em Janeiro de 1836 foi admitido pela Comissão Interina de Crédito Público, como gravador daquela repartição, onde recebeu instruções, diz ele, para a factura de imensos cunhos de diversos lavores, *tendo desde a sua primitiva até o presente (1857) gravado entre cunhos, rodas, carimbos e diversidade de selos, tudo por sua mão, mais de dois mil de todas as classes e competentes retoques.*

Por decreto de 24 de Dezembro de 1853 foi promovido a segundo abridor, e tendo sido atacado de paralisia em Setembro de 1857, foi aposentado em 7 de Dezembro de 1864, vindo a falecer com 72 anos de idade e 51 de serviço, em 8 de Setembro de 1868, na casa em que residia na Rua da Bela Vista,

Além do seu serviço na Casa da Moeda e no Crédito Público, ainda Gonzaga Pereira, não só porque era da sua inclinação natural, mas para obviar ao seu reduzido ordenado, de que ele se lamentava, e prover ao sustento de numerosa família, também se ocupava em fazer trabalhos para particulares, especialmente applicações dos seus estudos de architectura civil, nos quais colaborava com o architecto Honorato José Correia que, pelos desenhos daquele, fez grande número de casas e lojas, e outras muitas obras desta classe.

Igualmente se dedicou ao estudo de genealogias, tendo feito, segundo ele declara, desenhos para diversas famílias.

Também fez as árvores genealógicas da sua própria família, intituladas:

N.º 423 — *Genealogia das Famílias de Fernando José Pereira e de Manuel Henriques Fregamoz, por Luís Gonzaga Pereira;*

N.º 424 — *Genealogia das Famílias de Manuel da Rosa e de Tomé Dinis, pelo seu terceiro neto Luís Gonzaga Pereira.*

Ambas remontam ao terceiro avô do nosso autor, a primeira pelo lado paterno e a segunda pelo materno; são muito bem delineadas e iluminadas, tendo bastantes notas biográficas sobre cada uma das pessoas que nelas figuram. Pertencem actualmente estes manuscritos ao nosso amigo Afonso de Dornelas, que deles extraiu alguns apontamentos, a nosso pedido, para o presente trabalho, o que lhe agradecemos.

No seu gabinete da Casa da Moeda mostrava Gonzaga Pereira com desvanecimento, às pessoas que o visitavam, grandes quadros e outras produções da sua actividade artística, tendo tido a honra de receber ali a visita de Suas Majestades no dia 19 de Março de 1854.

Gonzaga Pereira foi também um fecundo desenhista e aguarelista.

Além das estampas do livro agora publicado, fez muitos desenhos de que, segundo consta, havia grande cópia na notável livraria de Agostinho Vito Pereira Merelo, que foram 143

vendidos às parcelas antes do leilão que dela se fez em Março de 1898, e outros por ocasião da venda em hasta pública. Por isso essas estampas acham-se hoje dispersas, em mãos de particulares, sendo proprietário duma, que tem por título *Rio de Alcântara em Lisboa* (1836), quem escreve estas linhas, pertencendo ao sr. Matos Sequeira uma outra, que representa a *Igreja da Estrela* em Lisboa. Consta que na Biblioteca Nacional não existem mais desenhos deste autor de que as estampas do livro agora editado.

Coligidos em um outro livro ou álbum, que tem por título *Esboços de Paizages d’Mediterraneo e Lisboa. Teve principio em 1809*, o qual pertenceu ao sr. José Joaquim de Ascenção Valdez, e hoje é do autor desta notícia, encontram-se 130 desenhos, quase todos aguarelados, dos quais os 34 primeiros representam vistas de vários sítios do Mediterrâneo, das costas de Portugal, e da baía do Tejo até ao Barreiro (?); os 93 immediatos são vistas de aspectos de Lisboa, e de edificios e locais da cidade; e os 3 últimos são cópias de assuntos de Luanda. Pela numeração das estampas reconhece-se que o álbum está incompleto. Quando começou a fazer estes desenhos tinha Gonzaga Pereira 13 anos de idade.

Além da parte descritiva relativa a cada uma das vistas dos estabelecimentos sacros, e reproduzida nesta edição, ainda Gonzaga Pereira escreveu uma obra que durou até nossos dias manuscrita, e pertence actualmente ao sr. D. Fernando de Almeida. Tem por título: *Collecção de Memórias Relativas Os Gravadores de Cunhos e Medalhas Nacionais, e Estrangeiras O Serviço da C. da Moeda de Lisboa desde 1551. Com O resumo das suas Obras e Serviços feitos à Nação Portugueza. Com a Discripção das Medalhas Historicas Nacionaes, Desde a Regencia do Infante D. Pedro Em 1428. Acrésse hum Catalogo Histórico de todos os Artistas, Em Bellas Artes. Recopilação de muitas Obras — por Luis Gonzaga Pereira, Segundo Gravador da Casa da Moeda — Lisboa, Anno de 1857.*

O falecido numismata dr. Artur Lamas, que teve ensejo de consultar e de se utilizar deste trabalho, declara-o muito interessante e útil, posto que esteja escrito com pouco critério. Entre as notícias desta obra dá o autor a sua própria biografia, de págs. 121 a 126, de que para aqui se fizeram extensos extractos.

Gonzaga Pereira possuía uma cultura literária muito fraca; os seus erros ortográficos são também sem conta; todavia devemos relegar para segundo plano estes defeitos, atendendo aos valiosíssimos documentos que nos legou.

Ainda são da autoria de Gonzaga Pereira as seguintes obras, que também todas ficaram manuscritas:

*Memórias Históricas, pertencentes aos templos divinos, e de quais são os mais insignes na corte de Lisboa.* Lisboa, 1844, 1 vol., 16.º. Encontramo-las mencionadas, sob o n.º 4.039, no Catálogo para leilão da livraria de Pereira Merelo, 1898.

*Exame artístico dos Quadros históricos nos templos divinos, principaes na corte de Lisboa,* 1848, 1 vol., 4.º. É um manuscrito mencionado sob o n.º 10.428 no citado catálogo; ignoramos a quem pertença hoje.

*Catalogo chronologico e historico dos pintores, esculptores, architectos, gravadores, poetas e músicos mais distinctos que tem havido no Reino de Portugal e dos estrangeiros artistas.* 1848, 1 vol., 4.º. É igualmente um manuscrito, indicado pelo n.º 10.427 no catálogo citado; desconhecemos também o seu actual proprietário. É possível que fosse cópia da *Lista de alguns artistas portuguezes colligida de escriptos e documentos pelo Exm.º e Revm.º Bispo Conde, D. Francisco* (Cardeal Saraiva), editada em 1839, e igualmente publicada em anexo aos volumes 5.º a 7.º (1839, 1840 e 1841) de *O Recreio, Jornal das Famílias*. Pelo menos foi Gonzaga Pereira o autor do *Resumo dos Artistas Gravadores da Casa da Moeda*, que faz parte daquela lista, e publicado com o n.º 2 (Fevereiro) de 1841, da referida obra, e a pág. 357 do tomo VI das *Obras Completas do Cardeal Saraiva*, editadas pela Imprensa Nacional, Lisboa. 145

Brito Aranha ainda cita as duas seguintes obras, cujo paradeiro desconhecemos:

*Catálogos das senhoras rainhas de Portugal*, 2 tomos.

*Armario de brazão*, 1 volume.

Diz este falecido bibliófilo que consta que os herdeiros de Gonzaga Pereira tentaram vender os manuscritos ao Governo, o que não conseguiram, e daí se originou a dispersão dos mesmos pelos particulares, constando que apenas se conserva em bibliotecas públicas o volume *Monumentos Sacros de Lisboa*.

O livro que pela primeira vez é agora publicado faz parte da colecção de manuscritos da Biblioteca Nacional, onde tem a cota n.º 215, da Secção dos Reservados, Fundo Geral.

Foi adquirido em 1895 a D. Augusta Bernardina de Sena.

O seu formato é in-4.º. Compõe-se de 126 folhas de desenhos, além de uma com o retrato do autor, e de 518 páginas manuscritas, de texto respeitante a cada um dos edifícios desenhados. Os desenhos são feitos em papel almaço, e o texto é escrito com boa caligrafia, em papel de impressão com a marca SUPERFINE, por baixo de uma coroa estilizada e 2 ramos de carvalho cruzados. Os desenhos entre os filetes, assim como o texto manuscrito, medem aproximadamente 14,8 x 17,7 cm. de altura, sendo os desenhos que vão nesta obra reproduzidos nas mesmas dimensões dos originais. O auto-retrato é colorido, assim como os primeiros desenhos; os restantes ficaram apenas a traço de lápis, e alguns não chegaram a ser completados.

O livro foi escrito até fins de Janeiro de 1840 (v. págs. 429, 486 e 514); mas em 1850 e 1852 ainda estava em poder do seu autor, como se vê por duas observações escritas pelo seu próprio punho e outra tinta, no manuscrito, e se acham a págs. 470 e 256 desta impressão.

A obra é dividida nas seguintes partes, tendo cada uma delas numerações das páginas independentes:

1.ª parte; Conventos de frades: 208 páginas e 52 desenhos;

2.ª parte; Mosteiros de freiras: 120 páginas e 30 desenhos;

Ordens Terceiras: 16 páginas e 4 desenhos;  
3.<sup>a</sup> parte; Igrejas Paroquiais: 160 páginas e 40 desenhos;  
Tem mais:  
Recapitulação e templos vendidos: 2 páginas;  
Índice: 4 páginas;  
Rosto e folhas intercaladas não numeradas: 8 páginas;  
Auto-retrato do autor, junto do anterosto; 1 desenho.  
Soma: 518 páginas e 127 desenhos.

O presente volume, cuja matéria das páginas acompanha sensivelmente as do manuscrito, ficou com 524 páginas de texto, além das deste prefácio. A pág. 396 encontra-se referência ao desenho da igreja nova de Santa Engrácia, que não está no livro; ou não chegou a ser desenhado ou nele incluído, ou foi extraviado.

O livro está encadernado, mas o manuseamento de que tem sido objecto a pouco e pouco lhe tem originado a deterioração da encadernação, e o constante perpassar dos dedos dos muitos leitores, alguns pouco escrupulosos, que o têm consultado, faz com que os desenhos a lápis se vão obliterando lentamente, e estas duas circunstâncias acabariam por condenar este exemplar único a uma perda irremediável.

Por isso o autor destas linhas, em sessão de 25 de Junho de 1925, da 2.<sup>a</sup> classe da Academia das Ciências de Lisboa, chamou a atenção dos seus consócios para o futuro muito precário que àquele manuscrito se estava preparando, e o bene-mérito director da Biblioteca Nacional, dr. Jaime Cortesão, que estava presente, prometeu envidar os seus esforços para promover a sua publicação, o que, ao mesmo tempo que assegurava a sua conservação, permitia a divulgação das notícias interessantes que nele se acham coligidas, e o conhecimento da arquitectura de muitos edificios sacros de Lisboa, actualmente desaparecidos.

Resolvido o assunto nas instâncias competentes da Biblioteca Nacional, foi a reprodução dos desenhos, por meio da litografia, confiada ao sr. António José Pedroso, aluno da



Escola de Belas-Artes, e a edição do texto ao pessoal da oficina tipográfica da Biblioteca, sob a direcção do sr. Júlio Pinto de Oliveira, tendo-se uns e outros desempenhado com o maior interesse e competência, do encargo, que apresentava certos aspectos espinhosos.

Ao signatário destas resumidas considerações coube a missão de superintender no andamento dos trabalhos da publicação.

Conservou-se, tanto quanto possível, a ortografia do manuscrito, com os seus erros que, como dissemos, revelam ser o autor uma pessoa pouco culta; somente, para facilitar a leitura, foram desenvolvidas as numerosas abreviaturas, e emendou-se a pontuação; grande número de palavras comuns, no meio dos períodos, estão começadas por letras maiúsculas, e não é raro deparar-se com estas letras no meio das palavras; isto foi corrigido. Alguns períodos, por confusão do autor, ou por lapso na cópia a limpo para o manuscrito, ficaram com a redacção incompleta, umas vezes ininteligível, e outras que corrigimos, pondo entre parentesis e em itálico as palavras que o autor se esqueceu de lançar ao papel. Muitas palavras revelam a maneira de falar de Gonzaga Pereira, à moda das classes populares pouco ilustradas,—bem que ele fosse versado na leitura de muitos autores, de quem não apreendeu todavia a forma correcta de escrever.

Tinha Gonzaga Pereira pretensões a crítico de arte, e relativamente a cada um dos monumentos que descreve, aos quais dedica invariably 4 páginas de prosa, faz as suas considerações sobre a pintura, escultura, architectura e gravura; mas o leitor, à vista das suas apreciações, pode bem avaliar de quão fraco critério artístico ele era dotado; para ele tudo estava bem, e era *insigne*, desde que fosse religioso. Utilizou-se muito do *Mappa de Portugal*, de João Baptista de Castro, da *Corografia Portugueza*, do Padre António Carvalho da Costa, do *Súmmario*, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, e de outros

respeita a arte encostou-se muito à opinião de José da Cunha Taborda, do Conde de Raczynski, e de Cyrillo Volkmar Machado. Conheceu José Valentim de Freitas, a quem alude a págs. 449, 489 e 508, e faz referência a pág. 453, o qual, pela mesma ocasião, andava procedendo ao desenho de algumas igrejas que estavam sendo demolidas, representando-as, diz Gonzaga Pereira, em *forma geométrica*.

Algumas notícias nos dá de edifícios religiosos criados posteriormente ao terremoto de 1755, e de algumas riquezas artísticas que existiam ou possuíam os templos em 1840; mas onde o seu trabalho narrativo é especialmente apreciável é nos capítulos intitulados «alteração posterior a 1833», com que remata a descrição de cada monumento, em que ele diz o destino que os edifícios tiveram por ocasião e posteriormente à extinção das Ordens Religiosas em 1834, comentando-o por vezes com observações infantis ou picarescas.

Pelo que se refere pròpriamente aos desenhos, diremos que estes constituem a parte mais valiosa do livro, o que perfeitamente justifica a sua publicação. Não são eles primorosos, nem mesmo perfeitos, apesar do autor ser desenhador e gravador de um estabelecimento do Estado, e das suas pretensões a crítico de arte. Se as fachadas dos edifícios que se apresentam fronteiras ao observador têm geralmente as proporções sensivelmente harmónicas com os originais, descendo Gonzaga Pereira às minúcias dos detalhes architectónicos, as fachadas laterais, e as linhas dos edifícios que cercam o motivo principal, revelam no autor um completo desconhecimento das regras da perspectiva; possuía, é certo, o sentimento artístico, mas não foi devidamente educado.

Apesar dos seus defeitos, devemos considerar Luís Gonzaga Pereira credor da nossa gratidão, por nos ter deixado no seu estilo inculto, e nos seus desenhos imperfeitos, valiosa documentação para o estudo da architectura dos edifícios religiosos da nossa Lisboa antiga, e de outros objectos que se prendem com a aplicação das belas-artes naqueles edifícios.

Sendo notoriamente tão interessante, tão consultado e tão utilizado, tem-se todavia conservado inédito o livro, e o falecido erudito Gabriel Pereira, saudoso director da Biblioteca Nacional, numa notícia que do mesmo deu no *Boletim de Architectura e Archeologia* (tomo XI, 1908, pág. 591), emitiu o voto de que se fizesse algum dia a sua reprodução pela tipografia. Esse voto é agora satisfeito, assim como também o do próprio autor, que *dedicou* o seu trabalho à *posteridade agradecida*. Esta tributa-lhe hoje o seu agradecimento público.

Lisboa, Janeiro de 1927.